1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia foi constituída em janeiro de 1990, tendo como objeto social a pesquisa de depósitos minerais, a lavra de jazidas minerais, o beneficiamento de minérios, a transformação industrial e a comercialização mundial do caulim - um produto industrial utilizado, principalmente, na produção de papel, pigmentos e tintas.

As instalações para mineração de caulim encontram-se em Ipixuna, enquanto o processamento e embarque de produtos acabados são realizados em Barcarena - ambas no Estado do Pará, Brasil. A sede administrativa encontra-se localizada à Avenida Generalíssimo Deodoro, 833, Bairro Umarizal, na cidade de Belém-PA.

Em 2009 foi concluído o projeto de aumento da capacidade para 1.650 mil toneladas anuais (volumes não auditados). Durante 2010 foram produzidas 994 mil toneladas (994 mil em 2009) e vendidas 1.209 mil toneladas (1.024 mil em 2009), das quais 99,9% (99,9% em 2009) destinaram-se a empresas ligadas que distribuem os produtos da Companhia para os clientes finais localizados no Brasil, América do Norte, Europa e Ásia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incorporando as alterações nas práticas contábeis promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, abrangendo os Pronunciamentos e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos, na data da transação.

Na elaboração das referidas demonstrações financeiras, a Sociedade considerou as modificações ocorridas nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos CPCs nos 15 a 40. Entretanto, não foram gerados efeitos nas demonstrações financeiras que justificassem a reapresentação do balanço patrimonial na data de transição, definida como 01 de janeiro de 2009.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis são as seguintes:

Conversão das demonstrações financeiras: As principais práticas de conversão das demonstrações financeiras foram como segue:

i. Moeda funcional

Em 2008, conforme estabelecido pelo CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações, a Companhia definiu que sua moeda funcional era o dólar norte-americano. A perda na conversão das demonstrações financeiras para a moeda funcional da Companhia, referente ao exercício de 2008, foi registrado em conta de "perda líquida na conversão de itens monetários" no resultado, no montante de R\$43.893. Adicionalmente, para atender a legislação societária brasileira, a moeda de apresentação das demonstrações financeiras foi o Real. O efeito da conversão para a moeda de apresentação foi registrado, de acordo com o CPC 02, na conta de "Ajustes de conversão acumulados" diretamente no patrimônio líquido, que em 31 de dezembro de 2008 montou a R\$186.311.

Em 2009, a Administração da Companhia reavaliou os fatores primários e secundários relacionados à definição da moeda funcional de acordo com o CPC 02, devido a uma alteração significativa nas operações correntes da Companhia, notadamente na influência que a moeda Real passou e passará a ter nos preços de venda dos nossos produtos, assim como no fato de a Companhia estar se financiando cada vez mais em moeda local (Real), de forma que a Administração concluiu que sua moeda funcional, a partir de 06 de outubro de 2009, passou a ser o Real. Dessa forma, a Companhia converteu todos os saldos de balanço em 30 de setembro de 2009 para a nova moeda utilizando a taxa cambial na data da mudança, ou seja, a taxa de câmbio de 6 de outubro de 2009. Os valores convertidos resultantes para os itens não monetários passaram a ser tratados como se fossem custos históricos. O efeito da conversão para a nova moeda funcional foi registrado diretamente no patrimônio líquido, de acordo como o CPC 02, na conta de "Ajustes de conversão acumulados", sendo seu saldo de R\$74.925 em 31 de dezembro de 2009. O ganho líquido registrado no resultado do exercício de 2009, decorrente da conversão dos itens monetários de 1º de janeiro até o momento da mudança da moeda funcional (06 de outubro de 2009) foi de R\$51.798.

ii. Registros contábeis - Todos os efeitos apurados pelos critérios de conversão para a moeda funcional foram registrados nos livros da Companhia em Reais, considerando a metodologia de conversão para a moeda de apresentação.

Instrumentos financeiros - Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito abaixo:

a) Ativos financeiros ao valor justo através do resultado

Os instrumentos financeiros são reconhecidos pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado, porque a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa - Incluem os saldos de caixa e contas correntes bancárias. As aplicações financeiras de liquidez imediata, cujos vencimentos das operações na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias e que apresentem riscos insignificantes de mudança de valor justo, são classificadas nesta rubrica, conforme aplicável.

Contas a receber - Estão registrados pelos valores negociados. Os saldos em moeda estrangeira estão ajustados às taxas de câmbio em vigor na data dos balanços.

Estoques - As matérias primas, produtos em processo e acabados estão demonstrados ao menor valor entre o custo médio de compra ou produção e o valor líquido de realização. Provisão para perdas é constituída para os estoques com baixa rotatividade ou obsoletos.

Imobilizado e Intangível - Apresentados ao custo de aquisição ou construção líquido da depreciação/amortização calculadas às taxas descritas nas Notas 7 e 8 com base no método linear. O valor residual e a vida útil dos bens são revisados e ajustados, se necessário, em cada exercício social. O direito de exploração da jazida foi suportado por laudo de avaliação. O custo inicial de preparação do solo antes da extração (decapeamento) é reconhecido no ativo imobilizado e amortizado mensalmente em função da capacidade estimada da área decapeada, na proporção de sua extração.

Diferido - Refere-se a despesas pré-operacionais incorridas na fase pré-operacional, amortizadas pelo método linear à taxa de 5% ao ano. A Companhia, conforme facultado pela Lei 11.941/09, decidiu por manter essas despesas pré-operacionais contabilizadas no ativo diferido até sua integral amortização.

Imposto de renda e contribuição social - Os passivos correntes provisionados são calculados com base na legislação em vigor na data das demonstrações financeiras, contabilizados pelo valor líquido de incentivos fiscais, ajustados pelas compensações do prejuízo fiscal e contribuição social, obedecendo ao limite estipulado em legislação específica. Os benefícios da isenção e redução de imposto de renda sobre o lucro da exploração, decorrentes das atividades exercidas em sua área incentivada, são primariamente contabilizados a crédito da despesa de imposto de renda no resultado do exercício. Subsequentemente, quando da alocação do resultado do exercício, referida parcela do incentivo fiscal é contabilizada a crédito de reserva específica no patrimônio líquido, conforme requerido pela legislação específica, com contrapartida em lucros acumulados.

Os créditos tributários ativos sobre adições temporárias (basicamente provisões que serão dedutíveis quando de sua realização) e saldo acumulado de prejuízo fiscal (apurado em anos anteriores) são reconhecidos às alíquotas legais vigentes na data do balanço patrimonial.

Provisões - Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas da administração e de seus assessores jurídicos quanto aos riscos envolvidos.

Apuração do resultado - As receitas de vendas e seus respectivos custos são reconhecidos no resultado no momento que ocorre a transferência da propriedade e dos riscos relativos aos produtos para o cliente. Os demais custos, despesas e outras receitas são registradas pelo regime contábil de competência de exercícios. Em 2009 até a data da mudança da moeda funcional para o Real, inclui os ganhos e perdas na conversão de itens monetários.

As demonstrações dos resultados abrangentes não foram apresentadas devido ao fato de que a Sociedade não apresentava itens que afetassem os resultados abrangentes nos exercícios de 2009 e 2010.

Uso de estimativas - A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores das receitas, custos e despesas. Os valores reais podem diferir daqueles estimados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2010	2009
Caixa	4	5
Contas correntes bancárias	4.377	10.746
	4.381	10.751

5. ESTOQUES

	2010	2009
Produtos acabados	16.798	11.202
Produtos em processo	1.773	1.241
Matéria-prima	9.724	7.969
Insumo e materiais auxiliares	3.996	4.971
Almoxarifado	12.920	13.402
Importações em andamento	194	265
(-) Provisão para perda no estoque	(632)	(2.508)
Total	44.773	36.542

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possui provisão para perda de estoque com perspectiva remota de realização, no montante de R\$632. Em 2009, o saldo era representado por perdas de produto acabado e peças/matéria prima, nos montantes de R\$1.658 e R\$850, respectivamente.

A movimentação da provisão para perda no estoque é demonstrada a seguir: